



VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 3 | Ano 2024

Joilson Batista de São Pedro

Universidade do Estado da Bahia
didazen@hotmail.com

Silvar Ferreira Ribeiro

Universidade do Estado da Bahia
sferibeiro@uneb.br

EIXO TEMÁTICO: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO

O CENSO ESCOLAR (2023) E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: entreolhares para a interseccionalidade

The school census (2023) and education of young people and adults: between eyes for intersectionality

Formatado: Centralizado, Recuo: À esquerda: 1 cm

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

Resumo: A presente pesquisa apresenta resultados parciais de uma pesquisa de tese de doutorado em andamento. O intento deste estudo é discutir a interseccionalidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como analisar os dados do Censo da Educação Básica 2023, com vistas à interseccionalidade. Discute-se ainda a interseccionalidade como ferramenta analítica essencial para compreender essa modalidade de ensino. Pretende-se responder a problemática: Qual a relação da interseccionalidade e EJA? O encaminhamento metodológico envolve revisão de literatura, análise exploratória de teorias e documentos oficiais que abordam as relações da interseccionalidade e EJA. A pesquisa, de natureza qualitativa, adota uma abordagem indutiva para realizar uma análise crítica sobre a Educação de Jovens e Adultos e seus inter cruzamentos. Para a análise dos dados, optou-se pela a Análise de Conteúdo de Bardin (2016) será utilizada para operacionalizar a análise das informações, com base nos documentos, teorias e leis pertinentes ao fenômeno em estudo. Em suma, o texto apresenta a relação resultados e discussões de como a interseccionalidade se faz presente na EJA e a (ins)urgência de repensar o currículo e a formação de professores para essa modalidade de ensino.

Palavras-chave: censo escolar; educação de jovens e adultos; interseccionalidade; perspectivas.

Abstract: *The text here discusses partial results of an ongoing doctoral thesis research. The intent of this study is to discuss intersectionality in Youth and Adult Education (EJA), as well as analyze data from the 2023 Basic Education Census, with a view to intersectionality. Intersectionality is also discussed as an essential analytical tool for understanding this teaching modality. The aim is to answer the problem: What is the relationship between intersectionality and EJA? The methodological approach involves literature review, exploratory analysis of theories and official documents that address the relationships between intersectionality and EJA. The research, qualitative in nature, adopts an inductive approach to carry out a critical analysis of Youth and Adult Education and its intersections. For data analysis, we chose to use Bardin's Content Analysis (2016) to operationalize the analysis of information, based on documents, theories and laws relevant to the phenomenon under study. In short, the text presents the relationship between results and discussions of how intersectionality is present in EJA and the (ins)urgency of rethinking the curriculum and teacher training for this teaching modality.*

Keywords: *school census; youth and adult education; intersectionality; perspectives.*



1. Introdução

A pesquisa aqui apresentada tem como fenômeno de pesquisa a interseccionalidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de uma pesquisa de doutoramento, ou seja, um dos capítulos teóricos, visando discutir a interseccionalidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como analisar os dados do Censo da Educação Básica 2023, com vistas à interseccionalidade. Discute-se ainda a interseccionalidade como ferramenta analítica essencial para compreender essa modalidade de ensino.

Esta pesquisa surge, também, a partir das leituras e pesquisas realizadas pelos autores, ao questionar: Qual a relação da interseccionalidade e Educação de Jovens e Adultos? Face ao exposto, realizamos um levantamento de teorias e documentos que tratam da interseccionalidade e EJA, a saber; Akotirene (2019); Abramowicz (2010); Crenshaw (2004); Collins (2020); Hooks (2013); Munanga (2010); Groisman, Gouveia (2018); Barreto (2006); Cabral (2016); Gomes (2012); Arroyo (2018), bem como o relatório do censo da Educação Básica, realizado pelo Ministério da Educação e divulgado no ano de 2024.

Nesse sentido, o encaminhamento metodológico envolve revisão de literatura, análise exploratória de teorias e do documento oficial que abordam as relações da interseccionalidade e EJA. A pesquisa, de natureza qualitativa, adota uma abordagem indutiva para realizar uma análise crítica sobre a Educação de Jovens e Adultos e seus inter cruzamentos.

Para a análise dos dados, optou-se pela a Análise de Conteúdo de Bardin (2016) que será utilizada para operacionalizar a análise das informações, com base nos documentos, teorias e leis pertinentes ao fenômeno em estudo. Em suma, o texto apresenta a relação resultados e discussões de como a interseccionalidade se faz presente na EJA e a (ins)urgência de repensar o currículo e a formação de professores para essa modalidade de ensino.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreendermos a interseccionalidade e a EJA, bem como pensar na difusão do conhecimento e a relevância de estudos com este fenômeno, haja vista as pesquisas tímidas com essa vertente. Destaca-se ainda, por entendermos a relevância deste estudo na dimensão social, acadêmica e na pesquisa científica.

Após esta seção de introdução, que traz de forma breve os objetivos, a metodologia justificativa uma breve consideração, teremos a seção 2, onde apresentam-se os encaminhamentos metodológicos (natureza, objetivos, instrumentos e análises). Na seção 3 (Resultados e Discussões), pontua-se as discussões os pressupostos teóricos a partir de autoras como: Crenshaw (2004, 2010), Akotirene (2019), Collins (2014, 2020) e Arroyo (2018, 2020), Batista; Monteiro; Assis (2021) e as inferências do/no documento oficial, a saber; o relatório do censo da Educação Básica. Na sequência, na seção 4, apresenta-se os pressupostos finais, retomando a questão-problema, aos objetivos da pesquisa, bem como apresentando encaminhamentos e perspectivas de investigação.



2. Metodologia

A pesquisa ora planejada é uma revisão de literatura com abordagem qualitativa (GIL, 2008), pois visa a discutir a interseccionalidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como analisar os dados do Censo da Educação Básica 2023, com vistas à interseccionalidade. Além disso, discute-se ainda a interseccionalidade como ferramenta analítica. Esta pesquisa é exploratória, tendo em vista a análise dos indicadores do censo escolar, realizado e divulgado pelo MEC no ano de 2024.

Optou-se pelo uso das seguintes estratégias: estudo de caso (relação interseccional). Utilizou-se dessa forma, para realizar as análises, o *corpus*¹ (os dados do relatório do censo 2023). Os mesmos foram analisados sob a ótica da análise do conteúdo (um conjunto de técnicas estruturadas de análises), conforme propõe Bardin (2016). Para a autora, essa técnica tem “três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 2016, p. 125).

Bardin (2016) propõe que a análise do conteúdo seja feita por fases e etapas, a saber: a primeira fase é a pré-análise; a segunda é a exploração do material e a terceira fase é o tratamento dos resultados e interpretações. Segundo a autora, o passo a passo da técnica e as particularidades de cada fase são essenciais para validação e aplicação da análise de conteúdo na pesquisa.

3. Resultados e discussões

As discussões a seguir, analisa a interseccionalidade a partir do relatório do censo escolar brasileiro, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), no dia 22 de fevereiro de 2024. Portanto, iremos discutir a interseccionalidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como analisar os dados do Censo da Educação Básica 2023, com vistas à interseccionalidade. Visa, também, discutir a interseccionalidade como ferramenta analítica essencial para compreender o intercruzamento dos marcadores e os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

3.1 Educação de Jovens e Adultos: olhares interseccionais a partir do censo (2019-2023)

De acordo com os dados do relatório do censo da educação (2023), apresentado pelo Ministério da Educação (MEC), a Educação de Jovens e Adultos é marcada pelos marcadores sociais, raciais, gênero, com ou não deficiências, altas habilidades, jovens, coletivos sociais vulneráveis, do campo, quilombola, da margem da sociedade e outros marcadores que dela fazem parte. Não tem como falar da modalidade EJA sem considerar os sujeitos que dela fazem parte. Esses sujeitos coletivos são compostos por diferentes corpo-território, excluídos socialmente, sobretudo, por não ter tido o acesso na “idade

¹ https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf



certa” aos espaços escolares. Face ao exposto, concordamos com Pedro; Monteiro; Assis (2021). Para eles,

Falar dos sujeitos que compõem a EJA é pensar na diversidade permeada de encantos, sonhos, frustrações e perspectivas. A EJA é um “caldeirão” heterogêneo preenchido por sujeitos que dela fazem parte. Pensando assim, quem são os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos? Como eles chegam a essa modalidade de ensino? Quais as suas expectativas? O que temos de novo nessa modalidade? Quem são os professores que atuam na EJA? Como eles (professores) chegam nesta modalidade? (Pedro; Monteiro; Assis, 2021, p. 3).

Ante ao exposto, não tem como discutir a modalidade de ensino sem considerar, portanto, seus marcadores sociais, suas identidades coletivas e individuais, bem como a relação da interseccionalidade. Esses dados tensionam questões importantes sobre a complexidade e diversidade dos desafios nesta modalidade de ensino. A interseccionalidade reconhece que as identidades e experiências das pessoas são moldadas por uma variedade de fatores, como gênero, raça, classe social, entre outros, e que essas interseções influenciam diretamente o acesso e a permanência na educação.

Para Arroyo (2018, p. 221), a EJA: “Nela se cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos e excluídos”. Razão pela qual reforça-se a temática aqui apresentada: interseccionalidade. Vale ressaltar que a interseccionalidade na EJA também evidencia desafios estruturais e sistêmicos, como por exemplo, a desigualdade de acesso à educação de qualidade, a ausência de políticas públicas educacionais. Esses desafios podem agravar as disparidades educacionais e dificultar a efetivação de uma educação inclusiva e emancipatória para os sujeitos coletivos da EJA.

Diante disso, é imprescindível que as políticas públicas e as práticas educacionais na EJA sejam pautadas pela interseccionalidade, visando não apenas a garantia do acesso à educação, mas também a promoção da equidade, da diversidade e do respeito às singularidades de cada sujeito coletivo. Acreditamos, conforme Crenshaw (2004); e Hooks (2013), que por meio de uma abordagem interseccional e inclusiva, será possível superar os desafios e construir uma Educação de Jovens e Adultos transformadora e emancipatória.

Segundo o censo escolar brasileiro (2019-2023), divulgado no ano de 2024, o número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sofreu uma redução significativa de 20%, entre os anos de 2019 e 2023, chegando a 2,6 milhões em 2023. Esses dados permitem refazer as leituras, sobretudo, pela tentativa do desmantelamento dessa modalidade, bem como o trato dado pelo Governo Federal, no período compreendido de 2017 a 2022). Além disso, a queda específica no ano de 2023 foi de 6,7%, conforme informações do Ministério da Educação (MEC). Veremos no gráfico 1-Matrículas na EJA (2019-2023), a seguir, como os dados estão dispostos:

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II



Gráfico 1- Matrículas na EJA (2019-2023).
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2023).

Essa diminuição no número de matrículas da EJA ao longo dos anos e a queda proporcional em 2023 levantam preocupações sobre os possíveis fatores que podem estar contribuindo para essa tendência negativa. É importante analisar mais a fundo as razões por trás desses números, como questões socioeconômicas, acesso à educação, políticas públicas educacionais. Destacamos, aqui, a política de desmantelamento da EJA, no período de 2018-2022.

Dentre os desmantelamentos, tivemos, a saber; menor investimento registrado na história do governo federal a esta modalidade; extinção da coordenação nacional da EJA - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), por meio do Decreto Federal nº 9.465/ 2019²; a fim de desenvolver estratégias para reverter esse cenário e garantir o acesso à educação para jovens e adultos que necessitam desse tipo de ensino.

Apesar das interrupções nos percursos educacionais, os estudos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são indivíduos detentores de conhecimentos, valores, resistência e sobrevivência. Em sua maioria, esses educandos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos e excluídos, cujas vidas são permeadas por histórias de desigualdade de oportunidades. Esses sujeitos enfrentam um cenário de isolamento, rejeição e invisibilidade, associados à criminalidade e à falta de reconhecimento social, sendo marginalizados da produção intelectual, cultural e ética da sociedade.

Conforme Arroyo (2018), a EJA representa o espaço onde esses sujeitos com identidades coletivas de segregação, opressão e abandono se encontram. Portanto, torna-se essencial repensar e desenvolver ações e políticas de aplicação que tencione (acesso, matrícula, permanência e praxis interseccionais) a EJA, pois, entendemos que os sujeitos, negros, pobres, com pouca escolarização se tornam fatores que incidem nos espaços profissionais subalternos e de precarização. É, portanto, importante considerar que a interseccionalidade a partir de questões estruturais da sociedade, pois estas têm um peso na constituição dos sujeitos e nas interações dos diversos marcadores que produzem

² Decreto que a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão, bem como a determinou mudanças na estrutura e funções de algumas secretarias do MEC, entre as quais a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Ver mais em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9465.htm. Com revogações a partir de 2023.



desigualdades e opressões são responsáveis pelas mudanças nos modos como os sujeitos se constituem, conforme apresentados em números e dados no gráfico 1.

Nesse sentido, “os **jovens-adultos** são membros de coletivos sociais, raciais e de classe, gênero, de campo, segregados, oprimidos, membros de coletivos que lutam por trabalho, teto, terra, renda, saúde, transporte, escola, universidade” (Arroyo, 2018, p. 6, grifo nosso). Há, portanto, a necessidade urgente de reconhecer a interseccionalidade na EJA. Para Gomes (2012, p. 100), [...] “pensar a realidade de jovens e adultos, na sua maioria negros, que vivem processos de exclusão social e racial”, é um ato político necessário. Veremos no gráfico 2- Matrículas na EJA (2023) por faixa etária e sexo, a seguir, a heterogeneidade de sujeitos que desta modalidade fazem parte.

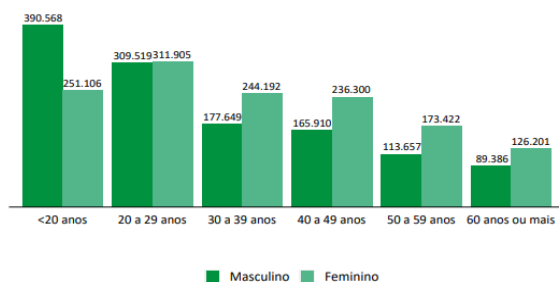


Gráfico 2- Matrículas na EJA (2023) por faixa etária e sexo.
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2023).

Inferindo sobre os dados dispostos no gráfico acima, não dá para discutir a educação de Jovens e Adultos sem considerar a intersecção da faixa etária e sexo dos sujeitos da EJA. Os dados sobre o número de matrículas na EJA em 2023, revelam que a maioria dos alunos, representando 65,1% do total, tem menos de 40 anos.

Dentro dessa faixa etária, os alunos do sexo masculino são majoritários, totalizando 52,1% das matrículas. Por outro lado, entre os estudantes com mais de 40 anos, observa uma predominância do sexo feminino, que representa 59,2% das matrículas, de acordo com informações do Ministério da Educação (MEC). Esses dados apontam para uma distribuição diferenciada por faixa etária e gênero, dentro do contexto da EJA, o que pode influenciar estratégias e políticas educacionais voltadas para esses grupos específicos, portanto olhares e práxis interseccionais.

Diante do exposto, permite compreender que

Em suma, esses jovens chegam aos espaços escolares com seus vínculos, hábitos e culturas produzidos socialmente na comunidade e família. Essas características muitas vezes entram em conflitos com a visão escolástica: os professores (ativos) estão ali para ensinar e os alunos (passivos) para aprender. A relação entre ensinar x aprender e ativos x passivos ocasiona uma tensão no ambiente escolar. Consequentemente, desperta o desinteresse do público jovem para com a escola, potencializando, por outro lado, o rótulo de que os jovens não querem/gostam de estudar (Pedro; Monteiro; Assis, 2021, p.10).

Corroborando com os autores, a escola da EJA precisa compreender essa dinamicidade das faixas etárias presentes nessa modalidade. Ela pode ser para esses



sujeitos juvenis uma possibilidade de ascensão econômica, de socialização e integração social de diferentes grupos de aproximação e/ou distanciamento e também um espaço de convívio e valorização deste grupo. Para Pedro; Monteiro; Assis, 2021), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) historicamente é o resultado daqueles/desses sujeitos que não conseguiram percorrer o caminho dentro da lógica seletiva e inflexível do sistema educacional, conseqüentemente, seguindo a lógica da desigualdade. Cada indivíduo que ingressa na EJA é visto como alguém que naufragou ou foi vítima das mais variadas faces e modalidades da desigualdade no nosso sistema escolar.

Os jovens e adultos que frequentam a EJA representam uma clara denúncia da disparidade intransponível entre as realidades de vida enfrentadas pela infância, adolescência e juventude populares e a inflexibilidade seletiva do sistema educacional. Refletir sobre as trajetórias dos jovens e sua presença na EJA, só ratifica a manutenção da pobreza e a extrema pobreza, não participação social e precarização do trabalho, seria uma cadeia produtiva para manter esses coletivos fora do processo educacional e mantê-los na condição de classe menos favorecidas, ou ainda, seria fruto de uma construção sócio-histórica injusta, desigual e excludente.

Além disso, os dados do censo do MEC (2023) revelam que, no nível fundamental, a maioria das matrículas, correspondendo a 75,4%, está na rede municipal, seguida pela rede estadual com 19,8% e pela rede privada com 4,7%. Já no nível médio da EJA, a rede estadual é responsável por 84,7% das matrículas, seguida pela rede privada com 12,4% e pela rede municipal com 2,1%. Além disso, a EJA de nível fundamental concentra proporcionalmente o maior número de matrícula na zona rural, representando 31,0% do total. Esses dados evidenciam a distribuição das matrículas da EJA, bem como a concentração de matrículas em áreas rurais no nível fundamental, conforme veremos no gráfico 3- Matrículas (2023) na EJA por níveis, dependência administrativa e localização da escola.

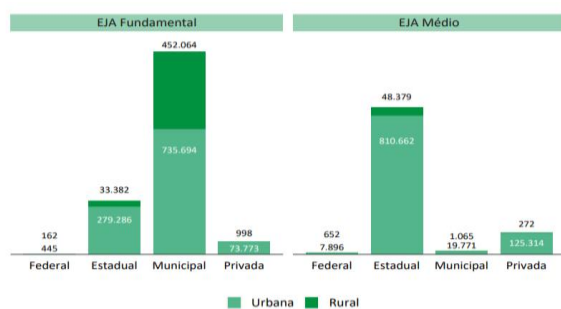


Gráfico 3- Matrículas (2023) na EJA por níveis, dependência administrativa e localização da escola.
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2023).

A interseccionalidade na EJA também é vista quando analisamos o censo e identificamos as matrículas nesta modalidade por ente federativo, por etapa de ensino e por área (urbana x rural). Os dados revelam que, no nível fundamental, a maioria das matrículas, correspondendo a 75,4%, está na rede municipal, seguida pela rede estadual



com 19,8% e pela rede privada 4%. Já no nível médio da EJA, a rede estadual é responsável por 84,7% das matrículas, seguida pela rede privada com 12,4% e pela rede municipal com 2,1%.

Para Arroyo (2018), ao pensar em políticas para a EJA, faz necessário refletir quem são esses sujeitos. Não somente refletir, mas pensar em políticas que estabeleçam relação da interseccionalidade com os sujeitos coletivos que desta modalidade faz parte: reconhecendo o inter cruzamento do gênero, raça, cor, sexo, marcadores sociais, regionais, cognitivos e o sujeito enquanto corpo. A seguir, apresentamos o gráfico 4 – Matrículas na EJA por cor/raça, que dispõe sobre quem são os sujeitos da EJA na etapa do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

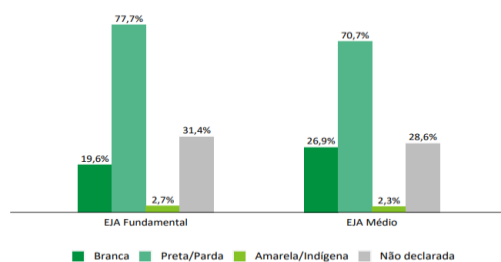


Gráfico 4 – Matrículas na EJA por cor/raça.
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2023).

Os dados do MEC (2023) sobre a EJA, destacam que os alunos identificados como pretos/pardos representam 77,7% da EJA de nível fundamental e 70,7% da EJA de nível médio, em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Por outro lado, os alunos declarados como brancos correspondem a 19,6% da EJA de nível fundamental e 26,9% da EJA de nível médio. Esses números evidenciam a predominância de alunos pretos/pardos na EJA, ressaltando a importância de considerar a questão racial ao analisar a interseccionalidade racial nessa modalidade de ensino.

Reconhecemos a partir das releituras do gráfico 5- Percentual de matrículas, por cor/raça e etapa de ensino (2023), que a EJA é negra, sim, conforme se apresenta a seguir.

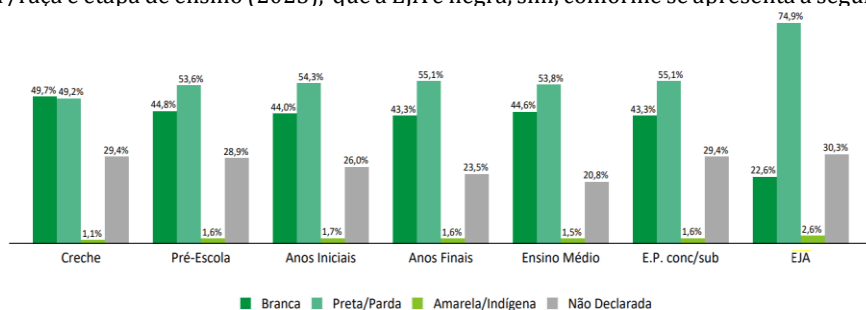


Gráfico 5- Percentual de matrículas, por cor/raça e etapa de ensino (2023).
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2023).



Ante ao exposto, em 2023, a única etapa em que se verifica uma maior proporção da cor/raça branca foi a creche (49,7%), onde o acesso ainda não é universalizado. Constatase que a mudança no perfil dos alunos se inicia na pré-escola, mas se consolida no ensino fundamental, etapa que possui acesso praticamente universalizado, indicando acesso desigual por cor/raça na creche. Observa-se o maior percentual de pretos e pardos na educação de jovens e adultos (EJA), em que representam 74,9% dos alunos.

O disposto no gráfico 5, no informa que a maioria dos sujeitos (74,5%) estão na EJA. Assim, concordamos com Pedro e Santos (2024), ao afirmar que “Os currículos para a EJA precisam, ainda, ser discutidos, pensados e materializados de modo que coloquem perspectivas negras em evidência”. Portanto, interseccionalidade é a “forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios[...]”. A interseccionalidade é “[...] a forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (Crenshw, 2004, p. 177).

Vimos nos gráficos 4 e 5, que mesmo com a política de acesso e para a inclusão, persiste até o presente ano (2024), os jovens e adultos em questão têm mantido condição constante de pobreza, opressão, exclusão, vulnerabilidade, negritude, proveniência das periferias e áreas rurais. Os grupos sociais e culturais aos quais estão vinculados permanecem inalterados. Essas características persistentes têm exercido uma influência mais significativa na trajetória educacional desses indivíduos. Ademais, tais atributos históricos, considerados negativos na história da EJA. Logo, só podem ser compreendidos à luz da interseccionalidade; das persistentes condições perversas às quais esses grupos sociais, raciais e culturais continuam submetidos e com os quais a EJA tem lidado.

Outro marcador da EJA é o quantitativo de matrículas, considerando o Ensino Fundamental no Ensino Médio e o intercruzamento com a deficiência. Veremos no gráfico 6 – Pessoas com deficiências, Transtornos Globais ou Altas habilidades em diferentes etapas de ensino (2019-2023).

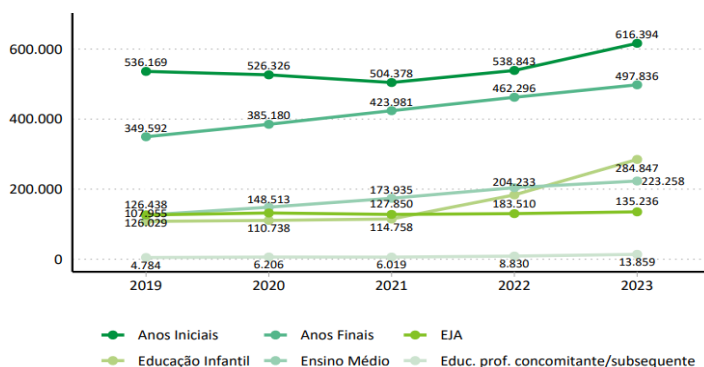


Gráfico 6 – Pessoas com deficiências, Transtornos Globais ou Altas habilidades em diferentes etapas de ensino (2019-2023). Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2023).



Conforme disposto no gráfico acima, mesmo sendo o menor percentual de sujeitos com deficiências, transtornos e altas habilidades na EJA, temos muitos deles nesta modalidade de ensino. O percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades, matriculados tem aumentado, inclusive, mesmo que em menor proporção na EJA. A presença de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) naturalmente levanta reflexões sobre idade, classe social, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Essas análises interseccionais são fundamentais nos estudos críticos da deficiência, pois abordam questões complexas que permeiam a experiência educacional desses sujeitos.

Portanto, podemos inferir sobre os dados dispostos no gráfico 6, um leve crescimento de matrículas de pessoas deficiência Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades na EJA no período de 2019 a 2023, conforme dados do MEC. Os dados revelam um avanço, porém, ainda insuficiente para garantir a inclusão desses sujeitos. Face ao exposto, é fundamental que não pense somente no aumento das matrículas, mas a efetivação do dito e posto na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, materializando políticas educacionais eficazes, formação de professores e estruturas acessíveis para garantir que esses alunos tenham reais aprendizagens e sua inclusão.

4. Considerações Finais

Apresentamos nesta pesquisa a discussão da interseccionalidade na Educação de Jovens e Adultos, tendo como base os dados dispostos Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esses dados apresentam informações referente à de matrículas em diferentes etapas da Educação Básica, bem como o número e as formações dos docentes, turmas e escolas (públicas e privadas) do país.

Portanto, discutimos a interseccionalidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisamos os dados do Censo da Educação Básica 2023 sob a perspectiva da interseccionalidade. Reconhecemos, portanto a necessidade da discussão da interseccionalidade, pois, mostra-se como ferramenta e metodologia de análise, essencial para compreender essa modalidade de ensino tão heterogênea. A análise dos dados do censo à luz da interseccionalidade revela a complexidade das interações entre diferentes dimensões de identidade, como gênero, raça, classe social e deficiência, e como esses fatores influenciam no processo educacional dos alunos da EJA, na política educacional e as implicações na formação e nas práticas dos professores.

Vimos após leituras e análises das teorias de Akotirene (2019) e Crenshaw (2004) que a abordagem interseccional enfatiza que é essencial não reduzir nenhuma diferença a um único sistema classificatório, a fim de preservar a complexidade das interações propostas pelos marcadores sociais da diferença. Logo, compreendemos as diversas dimensões das desigualdades que moldam e influenciam as posições sociais, as experiências individuais e as dinâmicas de poder presentes na sociedade, reforçada na educação e latente na EJA.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

A Pesquisa visou responder ao questionamento: Qual a relação da interseccionalidade e EJA? Diante do que foi aqui discutido, tem-se o desafio de criar políticas públicas para a EJA, não de forma isolada, mas compreender o inter cruzamento do corpo-território do sujeito da EJA em todas as dimensões, ou seja, consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação (classe, sexo/gênero, raça, etnicidade, idade, deficiência, rural, urbano, centro, favela, e orientação sexual, etc.), criando desigualdades.

Portanto, a pesquisa propôs analisar a interseccionalidade a partir do relatório do censo escolar brasileiro, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), no dia 22 de fevereiro de 2024. No contexto da EJA, a interseccionalidade destaca a necessidade de políticas educacionais e práticas pedagógicas sensíveis às diferentes realidades e vivências dos estudantes adultos, considerando suas múltiplas identidades. Isso implica em abordagens inclusivas, que reconheçam e valorizem a diversidade cultural, social e econômica dos alunos, promovendo um ambiente educacional mais acolhedor e equitativo.

5. Referências

- ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- MEC. **Censo Escolar da Educação Básica 2023. Resumo Técnico**. Brasília-DF. Fev. 2024. Disponível em: < [resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf](#)>. Acesso em: 13 Ago. 2024.
- BATISTA DE SÃO PEDRO, J.; MONTEIRO DA CONCEIÇÃO, J. L. ; PEREIRA ASSIS, C. . Educação de Jovens e Adultos: quem são os sujeitos? Qual tem sido a formação dos professores? Youth and Adult Education: who are the subjects? What has been the training of teachers?. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4744>. Acesso em: 3 out. 2024.
- BATISTA DE SÃO PEDRO, J.; NASCIMENTO DOS SANTOS, C. L. Pesquisa-Formação e História de Vida: entreolhares da lei 10.639/03 na educação de Jovens e Adultos. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 165-181, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/20155>. Acesso em: 3 out. 2024.



COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma (Org.). **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

CRENSHAW, Kimberle W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf Acesso em: 17 set. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Joilson Batista de São Pedro

Doutorando no Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (PPGDCUNEB/UFBA/LNCC/UEFS/IFBA/SENAI).

Silvar Ferreira Ribeiro

Pós-Doutorado pela Open University - Reino Unido - Knowledge Media Institute (KMi-OU), (2016/2017. Doutor em Difusão do Conhecimento (UFBA/UNEB/UEFS/LNCC/IFBA/SENAI/UFABC).